

Arcaísmo Infantil

Linda
et

Os sucessivos acordos firmados, nos últimos dias, com o Fundo Monetário Internacional, os bancos privados e o Clube de Paris colocam-nos diante da dura realidade de que estamos obtendo empréstimos externos para pagar juros enquanto permanece de pé a necessidade de novos recursos com vistas tanto à amortização do principal da dívida como para a efetivação de investimentos. A hipótese de solucionar essa dificuldade mediante a decretação de moratória unilateral, sugerida pela Oposição, é o caminho mais curto na direção da desordem econômica geral, além da estagnação de muitos setores vitais. Na verdade, a retomada da senda do progresso, sem embargo da possibilidade de melhor utilização de poupanças internas, sugerida por entidades empresariais, depende em grande medida não só do intercâmbio comercial com o exterior mas igualmente de inversões alienígenas.

A política que o Brasil fixou para o capital estrangeiro, ao longo deste pós-guerra, é algo inteiramente arcaico, no sentido próprio do termo. Fixamo-la à luz da reminiscência do tempo em que éramos uma economia de ínfima categoria e nos assustávamos e nos deixávamos impressionar pelo que nos parecia a pujança de uma empresa estrangeira qualquer, mesmo quando essa empresa, em seu país de origem, se situava numa categoria inferior, equiparável à nossa em termos mundiais. Em quarenta anos nossa economia expandiu-se e aperfeiçoou-se, encurtando-se grandemente a distância que ainda nos separa dos países desenvolvidos. Mas em matéria de mentalidade, estacionamos naqueles tempos em que, como dele pouco precisávamos, acreditávamos que o petróleo era nosso, embora ninguém soubesse onde se encontrava.

A rigor, a imaturidade no trato do capital estrangeiro agravou-se nas últimas décadas. O nacionalismo dos anos cinquenta tinha uma aura romântica e não se sustentava em interesses reais. Nos anos recentes, entretanto, a burocracia estatal, que vicejou à sombra de algumas empresas criadas com propósitos saudáveis, precisava mascarar o seu parasitismo laten-

te esgrimindo mitos arcaicos do tipo do velho nacionalismo. E assim casaram-se nacionalismo xenófobo e estatismo.

A busca de uma autêntica identidade nacional só tem sentido para nos relacionarmos com outros povos e culturas. Para ficarmos na simples autocontemplação, tais propósitos são de todo dispensáveis. O nacionalismo verdadeiro — isto é, o reconhecimento e a reconstituição das raízes constitutivas da Nação — não pode permanecer parado no tempo. Deve ao contrário evoluir, adaptar-se à diversidade das épocas e, sobretudo, incorporar novas dimensões desvendadas pela pesquisa histórico-cultural. Assim, o perfil que atribuímos ao Brasil, neste final de século, no seu relacionamento com outros povos, não pode ser o que assumiu feição definida na primeira metade da centúria.

O projeto nacionalista defensável, adequado às novas circunstâncias, teria que preconizar a definição do Brasil como uma nação moderna, dispondo de economia eficiente e sofisticada, organizada democraticamente, com amplas camadas cultas e reduzidas áreas de pobreza. Com essas características e tendo em conta as nossas dimensões continentais, estaríamos nos credenciando a desfrutar de uma posição respeitável no conjunto das nações.

O programa antes delineado somente será exequível se tivermos suficiente coragem para rever todos os obstáculos que fomos criando ao capital estrangeiro, na suposição infantil de feri-lo mas na verdade cortando em nossa própria carne. No exercício pleno da soberania nacional, devemos reconhecer que para alcançar a pretendida autonomia tecnológica — que é o traço destacado da nação plenamente desenvolvida — não podemos começar fazendo exatamente o contrário do que devíamos, isto é, erigindo barreiras artificiais ao intercâmbio naquele plano. O mesmo se diga da dívida externa. Sua solução definitiva passa por uma revisão dos obstáculos às inversões estrangeiras, numa atitude adulta de quem soube superar complexos de inferioridade para realizar negociação entre iguais.